

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO 23228.000948.2022-10 - INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ - IFAP

3S INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita sob o C.N.P.J. n 32.674.351/0001-74, com sede na Av. Paulino Muller, 966, Jucutuquara, Vitória - ES, CEP 29.040-712, por intermédio de seu representante legal, Sr. CLEBIANDER BERMUDEZ BAHIANSE, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n.º 1.189.986 STPC-ES e do CPF/MF 045.945.697-06, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, apresentar suas RAZÕES DE RECURSO haja vista decisão declarou vencedora a proposta de WEB DISTRIBUIDORA LTDA para o LOTE 12., nos seguintes termos:

I - TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente a recorrente pede licença para afirmar o respeito que dedica ao Senhor Pregoeiro e sua equipe de apoio, e destaca que o presente RECURSO tem a única intenção de demonstrar o equívoco na habilitação do licitante acima descrito, com o objetivo de auxiliar uma melhor contratação para a administração.

Tempestiva as presentes Razões Recursais, tendo em vista que fora imediatamente e devidamente motivada pela recorrente em campo próprio, tendo sido aceita a intenção recursal, têm-se o prazo de 3 (três) dias úteis (artigo 219 do NCPD) para a apresentação de suas razões recursais conforme disciplina o inciso XVIII do Artigo 4º da Lei 10.520, bem como a cláusula 11.2.3 do Edital.

Diante do exposto, eis que tempestiva as presentes razões.

II - DO CERTAME LICITATÓRIO

Trata-se o presente processo licitatório pela modalidade de Pregão Eletrônico, tendo por objeto o é o registro de preços para escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de suprimentos e insumos de impressoras, em atendimento às demandas dos Campi e Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, tais: Macapá, Porto Grande, Campus Santana, Laranjal do Jari e Avançado do Oiapoque, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Foi aceita e habilitada a RECORRIDA, para o Lote 12. Inconformada, a RECORRENTE apresentou intenção de recorrer, nos moldes seguintes:

Motivo da Intenção de Recurso: Intenção de recorrer nos termos do ACÓRDÃO 5847/2018 - 1ª CÂMARA TCU (determinam não rejeitar intenção de recurso), pois a licitante WEB DISTRIBUIDORA LTDA, ofertou o valor inexecutável para fornecedor que não compra diretamente do fabricante Lexmark. A empresa deverá comprovar através de nota fiscal adquirida direto da Lexmark ou distribuidor autorizado e / ou guias de recolhimento de impostos e tributos de importação. Empresa com histórico de envio de suprimentos não originais. Comprovaremos. Situação da Intenção de Recurso: Aceita

Assim na forma da legislação e do edital vem esta recorrente apresentar suas razões recursais:

III - DO MÉRITO DO RECURSO

DA NÃO EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA APRESENTADA PELA RECORRIDA

O processo ou procedimento licitatório é aquele pelo qual os órgãos da Administração Direta, as entidades da Administração Indireta, os fundos especiais e as entidades controladas direta ou indiretamente pelas pessoas federativas (art. 1º, § único da Lei nº 8.666/93), convocam pessoas particulares, interessadas em com a mesma celebrar um vínculo jurídico especial, ou ainda aquelas como este órgão que optam por regulamentar a sua forma de contratação.

Este vínculo pode ter como objeto uma alienação ou aquisição de bens, construção de obras, contratação de serviços ou a delegação de serviços públicos, para, através de um ambiente de competição, selecionar a melhor proposta aos interesses do órgão contratante, segundo regras prefixadas neste caso na lei maior, que deve ser obedecida por todos, na regulamentação e no instrumento convocatório.

Nossa Carta Magna determina que as licitações sejam regidas pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput).

É importante salientar e demonstrar, que a Recorrida NÃO É UM CANAL DIRETO do Fabricante Lexmark, ou seja, a mesma não compra seus produtos e suprimentos da referida marca diretamente do fabricante, sendo então necessário que para a aquisição dos mesmos a Recorrida busque algum Distribuidor ou Revendedor que seja um Canal Direto, como por exemplo a Golden, Cogra, Gomaq, Port, Inforshop, Office Tech, Mil Print entre outros.

Ou seja, para que possa fornecer o presente suprimento a este órgão, a Recorrida terá que recorrer a um desses canais diretos ou buscar no mercado de varejo a sua compra.

O que torna o valor por ela ofertado inexecutável, pois o preço pago pela mesma nos produtos nestes canais, impossibilitam uma composição de custo positiva para a empresa Recorrida, o que ascende, mais uma vez, a dúvida acerca da procedência dos suprimentos.

Dúvida esta, agravada no momento em que a Recorrida, em licitação junto ao TRE-PB, entregou inúmeros suprimientos não originais, conforme laudo da Lexmark, que segue encaminhado pela via legal para ao pregoeiro.

O próprio edital é claro em disciplina no item 8.4. que:

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

Ante, aos indícios de dúvida quanto a exequibilidade da proposta ofertada, requer que seja a Recorrida diligenciada, na forma do item 9.4., h, anexo VII-A, da IN nº 05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/SECRETARIA DE GESTÃO, para que comprove através de planilha de composição de custos, a exequibilidade de sua proposta, apresentando, ainda, nota fiscal de compra dos produtos, em canais oficiais da Lexmark, que permitam verificar a origem lícita da mercadoria.

V – CONCLUSÃO

Face o exposto, REQUER sejam recebidas e acolhidas as presentes razões recursais, procedendo-se inicialmente diligência junto a Recorrida na forma do item 8.4. do edital e o item 9.4., h, anexo VII-A, da IN nº 05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/SECRETARIA DE GESTÃO, para que comprove através de planilha de composição de custos, a exequibilidade de sua proposta, apresentando, ainda, nota fiscal de compra dos produtos, em canais oficiais da Lexmark, que permitam verificar a origem lícita da mercadoria.

Não sendo comprovada a exequibilidade da proposta, vem requerer a DESCLASSIFICAÇÃO da proposta de WEB DISTRIBUIDORA LTDA, para o Lote 12.

Requer ainda que de qualquer decisão proferida seja fornecida as fundamentações jurídicas conforme prevê o inciso VII do artigo 2º da Lei 9.784/99.

Dessa forma, aguarda-se serenamente o integral provimento deste apelo, aplicando-se lhe, ademais, o teor dos §§ 3º e 4º do art. 109 da Lei no 8.666/93. Assim decidindo, Vossa Senhoria estará produzindo, como sempre, a desejada e lúdima Justiça e praticando o melhor bom senso administrativo.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.
Vitória/ES, 14 de dezembro de 2022

CLEBIANDER BERMUDES BAHIANSE
Representante Legal

Fechar

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO 23228.000948.2022-10 - INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ - IFAP

3S INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita sob o C.N.P.J. n 32.674.351/0001-74, com sede na Av. Paulino Muller, 966, Jucutuquara, Vitória - ES, CEP 29.040-712, por intermédio de seu representante legal, Sr. CLEBIANDER BERMUDEZ BAHIANSE, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n.º 1.189.986 STPC-ES e do CPF/MF 045.945.697-06, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, apresentar suas RAZÕES DE RECURSO haja vista decisão declarou vencedora a proposta de WEB DISTRIBUIDORA LTDA para o LOTE 53., nos seguintes termos:

I - TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente a recorrente pede licença para afirmar o respeito que dedica ao Senhor Pregoeiro e sua equipe de apoio, e destaca que o presente RECURSO tem a única intenção de demonstrar o equívoco na habilitação do licitante acima descrito, com o objetivo de auxiliar uma melhor contratação para a administração.

Tempestiva as presentes Razões Recursais, tendo em vista que fora imediatamente e devidamente motivada pela recorrente em campo próprio, tendo sido aceita a intenção recursal, têm-se o prazo de 3 (três) dias úteis (artigo 219 do NCPD) para a apresentação de suas razões recursais conforme disciplina o inciso XVIII do Artigo 4º da Lei 10.520, bem como a cláusula 11.2.3 do Edital.

Diante do exposto, eis que tempestiva as presentes razões.

II - DO CERTAME LICITATÓRIO

Trata-se o presente processo licitatório pela modalidade de Pregão Eletrônico, tendo por objeto o é o registro de preços para escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de suprimentos e insumos de impressoras, em atendimento às demandas dos Campi e Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, tais: Macapá, Porto Grande, Campus Santana, Laranjal do Jari e Avançado do Oiapoque, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Foi aceita e habilitada a RECORRIDA, para o Lote 53. Inconformada, a RECORRENTE apresentou intenção de recorrer, nos moldes seguintes:

Motivo da Intenção de Recurso: Intenção de recorrer nos termos do ACÓRDÃO 5847/2018 - 1ª CÂMARA TCU (determinam não rejeitar intenção de recurso), pois a licitante WEB DISTRIBUIDORA LTDA, ofertou o valor inexecutável para fornecedor que não compra diretamente do fabricante Lexmark. A empresa deverá comprovar através de nota fiscal adquirida direto da Lexmark ou distribuidor autorizado e / ou guias de recolhimento de impostos e tributos de importação. Empresa com histórico de envio de suprimentos não originais. Comprovaremos

Situação da Intenção de Recurso: Aceita

Assim na forma da legislação e do edital vem esta recorrente apresentar suas razões recursais:

III - DO MÉRITO DO RECURSO

DA NÃO EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA APRESENTADA PELA RECORRIDA

O processo ou procedimento licitatório é aquele pelo qual os órgãos da Administração Direta, as entidades da Administração Indireta, os fundos especiais e as entidades controladas direta ou indiretamente pelas pessoas federativas (art. 1º, § único da Lei nº 8.666/93), convocam pessoas particulares, interessadas em com a mesma celebrar um vínculo jurídico especial, ou ainda aquelas como este órgão que optam por regulamentar a sua forma de contratação.

Este vínculo pode ter como objeto uma alienação ou aquisição de bens, construção de obras, contratação de serviços ou a delegação de serviços públicos, para, através de um ambiente de competição, selecionar a melhor proposta aos interesses do órgão contratante, segundo regras prefixadas neste caso na lei maior, que deve ser obedecida por todos, na regulamentação e no instrumento convocatório.

Nossa Carta Magna determina que as licitações sejam regidas pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput).

É importante salientar e demonstrar, que a Recorrida NÃO É UM CANAL DIRETO do Fabricante Lexmark, ou seja, a mesma não compra seus produtos e suprimentos da referida marca diretamente do fabricante, sendo então necessário que para a aquisição dos mesmos a Recorrida busque algum Distribuidor ou Revendedor que seja um Canal Direto, como por exemplo a Golden, Cogra, Gomaq, Port, Inforshop, Office Tech, Mil Print entre outros.

Ou seja, para que possa fornecer o presente suprimento a este órgão, a Recorrida terá que recorrer a um desses canais diretos ou buscar no mercado de varejo a sua compra.

O que torna o valor por ela ofertado inexecutável, pois o preço pago pela mesma nos produtos nestes canais, impossibilitam uma composição de custo positiva para a empresa Recorrida, o que ascende, mais uma vez, a

dúvida acerca da procedência dos suprimentos.

Dúvida esta, agravada no momento em que a Recorrida, em licitação junto ao TRE-PB, entregou inúmeros suprimentos não originais, conforme laudo da Lexmark, que segue encaminhado pela via legal para ao pregoeiro.

O próprio edital é claro em disciplina no item 8.4. que:

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

Ante, aos indícios de dúvida quanto a exequibilidade da proposta ofertada, requer que seja a Recorrida diligenciada, na forma do item 9.4., h, anexo VII-A, da IN nº 05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/SECRETARIA DE GESTÃO, para que comprove através de planilha de composição de custos, a exequibilidade de sua proposta, apresentando, ainda, nota fiscal de compra dos produtos, em canais oficiais da Lexmark, que permitam verificar a origem lícita da mercadoria.

V – CONCLUSÃO

Face o exposto, REQUER sejam recebidas e acolhidas as presentes razões recursais, procedendo-se inicialmente diligência junto a Recorrida na forma do item 8.4. do edital e o item 9.4., h, anexo VII-A, da IN nº 05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/SECRETARIA DE GESTÃO, para que comprove através de planilha de composição de custos, a exequibilidade de sua proposta, apresentando, ainda, nota fiscal de compra dos produtos, em canais oficiais da Lexmark, que permitam verificar a origem lícita da mercadoria.

Não sendo comprovada a exequibilidade da proposta, vem requerer a DESCLASSIFICAÇÃO da proposta de WEB DISTRIBUIDORA LTDA, para o Lote 53.

Requer ainda que de qualquer decisão proferida seja fornecida as fundamentações jurídicas conforme prevê o inciso VII do artigo 2º da Lei 9.784/99.

Dessa forma, aguarda-se serenamente o integral provimento deste apelo, aplicando-se lhe, ademais, o teor dos §§ 3º e 4º do art. 109 da Lei no 8.666/93. Assim decidindo, Vossa Senhoria estará produzindo, como sempre, a desejada e lúdima Justiça e praticando o melhor bom senso administrativo.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.
Vitória/ES, 14 de dezembro de 2022

CLEBIANDER BERMUDEZ BAHIANSE
Representante Legal

Fechar



Departamento de Licitações e Contratos <delic.reitoria@ifap.edu.br>

UASG 158150 - PE 24-2022 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPA - RAZÕES RECURSAIS

1 mensagem

Contato 3s Informatica <contato@3s.inf.br>

14 de dezembro de 2022 17:18

Para: delic.reitoria@ifap.edu.br

Cc: "Depto. Jurídico 3S Informática" <juridico@3s.inf.br>

ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2022 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 23228.000948.2022-10 – INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ - IFAP

3S INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita sob o C.N.P.J. n 32.674.351/0001-74, com sede na [Av. Paulino Muller, 966, Jucutuquara, Vitória](#) – ES, CEP 29.040-712, por intermédio de seu representante legal, **Sr. CLEBIANDER BERMUDES BAHIANSE**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n.º 1.189.986 STPC-ES e do CPF/MF 045.945.697-06, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, apresentar suas **RAZÕES DE RECURSO** haja vista decisão declarou vencedora a proposta de **WEB DISTRIBUIDORA LTDA** para o **LOTE 12 E 53**.

Atenciosamente,



Clebiander Bermudes
Gerente Comercial
contato@3s.inf.br
27 3097-0003
www.3s.inf.br

Compre também
com cartão de crédito**3 anexos**

image001.jpg
4K



Razões Recursais - 3S - IFAP 024.2022 - Lote 53 (não canal direto inexecuibilidade).pdf
529K



Razões Recursais - 3S - IFAP 024.2022 - Lote 12 (não canal direto inexecuibilidade).pdf
528K

**ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2022 –
PROCESSO ADMINISTRATIVO 23228.000948.2022-10 – INSTITUTO
FEDERAL DO AMAPÁ - IFAP**

3S INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita sob o C.N.P.J. n 32.674.351/0001-74, com sede na Av. Paulino Muller, 966, Jucutuquara, Vitória – ES, CEP 29.040-712, por intermédio de seu representante legal, **Sr. CLEBIANDER BERMUDEZ BAHIENSE**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n.º 1.189.986 STPC-ES e do CPF/MF 045.945.697-06, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, apresentar suas **RAZÕES DE RECURSO** haja vista decisão declarou vencedora a proposta de **WEB DISTRIBUIDORA LTDA** para o **LOTE 12.**, nos seguintes termos:

I – TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente a recorrente pede licença para afirmar o respeito que dedica ao Senhor Pregoeiro e sua equipe de apoio, e destaca que o presente RECURSO tem a única intenção de demonstrar o equívoco na habilitação do licitante acima descrito, com o objetivo de auxiliar uma melhor contratação para a administração.

Tempestiva as presentes Razões Recursais, tendo em vista que fora imediatamente e devidamente motivada pela recorrente em campo próprio, tendo sido aceita a intenção recursal, têm-se o prazo de 3 (três) dias úteis (artigo 219 do NCPC) para a apresentação de suas razões recursais conforme disciplina o inciso XVIII do Artigo 4º da Lei 10.520, bem como a cláusula 11.2.3 do Edital.

Diante do exposto, eis que tempestiva as presentes razões.

II - DO CERTAME LICITATÓRIO

Trata-se o presente processo licitatório pela modalidade de Pregão Eletrônico, tendo por objeto o é o registro de preços para escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de suprimentos e insumos de impressoras, em atendimento às demandas dos Campi e Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, tais: Macapá, Porto Grande, Campus Santana, Laranjal do Jari e Avançado do Oiapoque, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Foi aceita e habilitada a RECORRIDA, para o Lote 12. Inconformada, a RECORRENTE apresentou intenção de recorrer, nos moldes seguintes:

Motivo da Intenção de Recurso: Intenção de recorrer nos termos do ACÓRDÃO 5847/2018 – 1ª CÂMARA TCU (determinam não rejeitar intenção de recurso), pois a licitante WEB DISTRIBUIDORA LTDA, ofertou o valor inexequível para fornecedor que não compra diretamente do fabricante Lexmark. A empresa deverá comprovar através de nota fiscal adquirida direto da Lexmark ou distribuidor autorizado e /

ou guias de recolhimento de impostos e tributos de importação. Empresa com histórico de envio de suprimentos não originais. Comprovaremos.

Situação da Intenção de Recurso: Aceita

Assim na forma da legislação e do edital vem esta recorrente apresentar suas razões recursais:

2

III - DO MÉRITO DO RECURSO

DA NÃO EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA APRESENTADA PELA RECORRIDA

O processo ou procedimento licitatório é aquele pelo qual os órgãos da Administração Direta, as entidades da Administração Indireta, os fundos especiais e as entidades controladas direta ou indiretamente pelas pessoas federativas (art. 1º, § único da Lei nº 8.666/93), convocam pessoas particulares, interessadas em com a mesma celebrar um vínculo jurídico especial, ou ainda aquelas como este órgão que optam por regulamentar a sua forma de contratação.

Este vínculo pode ter como objeto uma alienação ou aquisição de bens, construção de obras, contratação de serviços ou a delegação de serviços públicos, para, através de um ambiente de competição, selecionar a melhor proposta aos interesses do órgão contratante, segundo regras prefixadas neste caso na lei maior, que deve ser obedecida por todos, na regulamentação e no instrumento convocatório.

Nossa Carta Magna determina que as licitações sejam regidas pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput).

É importante salientar e demonstrar, que a Recorrida NÃO É UM CANAL DIRETO do Fabricante Lexmark, ou seja, a mesma não compra seus produtos e suprimentos da referida marca diretamente do fabricante, sendo então necessário que para a aquisição dos mesmos a Recorrida busque algum Distribuidor ou Revendedor que seja um Canal Direto, como por exemplo a Golden, Cogra, Gomaq, Port, Inforshop, Office Tech, Mil Print entre outros.

Ou seja, para que possa fornecer o presente suprimento a este órgão, a Recorrida terá que recorrer a um desses canais diretos ou buscar no mercado de varejo a sua compra.

O que torna o valor por ela ofertado inexecutável, pois o preço pago pela mesma nos produtos nestes canais, impossibilitam uma composição de custo positiva para a empresa Recorrida, o que ascende, mais uma vez, a dúvida acerca da procedência dos suprimentos.

Dúvida esta, agravada no momento em que a Recorrida, em licitação junto ao TRE-PB, entregou inúmeros suprimentos não originais, conforme laudo da Lexmark, que segue encaminhado pela via legal para ao pregoeiro.

O próprio edital é claro em disciplina no item 8.4. que:

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

3

Ante, aos indícios de dúvida quanto a exequibilidade da proposta ofertada, requer que seja a Recorrida diligenciada, na forma do item 9.4., h, anexo VII-A, da IN nº 05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/SECRETARIA DE GESTÃO, para que comprove através de planilha de composição de custos, a exequibilidade de sua proposta, apresentando, ainda, nota fiscal de compra dos produtos, em canais oficiais da Lexmark, que permitam verificar a origem lícita da mercadoria.

V – CONCLUSÃO

Face o exposto, REQUER sejam recebidas e acolhidas as presentes razões recursais, procedendo-se inicialmente diligência junto a Recorrida na forma do item 8.4. do edital e o item 9.4., h, anexo VII-A, da IN nº 05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/SECRETARIA DE GESTÃO, para que comprove através de planilha de composição de custos, a exequibilidade de sua proposta, apresentando, ainda, nota fiscal de compra dos produtos, em canais oficiais da Lexmark, que permitam verificar a origem lícita da mercadoria.

Não sendo comprovada a exequibilidade da proposta, vem requerer a **DESCCLASSIFICAÇÃO** da proposta de **WEB DISTRIBUIDORA LTDA, para o Lote 12.**

Requer ainda que de qualquer decisão proferida seja fornecida as fundamentações jurídicas conforme prevê o inciso VII do artigo 2º da Lei 9.784/99.

Dessa forma, aguarda-se serenamente o integral provimento deste apelo, aplicando-se lhe, ademais, o teor dos §§ 3º e 4º do art. 109 da Lei no 8.666/93. Assim decidindo, Vossa Senhoria estará produzindo, como sempre, a desejada e lúdima Justiça e praticando o melhor bom senso administrativo.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.
Vitória/ES, 14 de dezembro de 2022



CLEBIANDER BERMUDES BAHIENSE
Representante Legal

**ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2022 –
PROCESSO ADMINISTRATIVO 23228.000948.2022-10 – INSTITUTO
FEDERAL DO AMAPÁ - IFAP**

3S INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita sob o C.N.P.J. n 32.674.351/0001-74, com sede na Av. Paulino Muller, 966, Jucutuquara, Vitória – ES, CEP 29.040-712, por intermédio de seu representante legal, **Sr. CLEBIANDER BERMUDEZ BAHIANSE**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n.º 1.189.986 STPC-ES e do CPF/MF 045.945.697-06, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, apresentar suas **RAZÕES DE RECURSO** haja vista decisão declarou vencedora a proposta de **WEB DISTRIBUIDORA LTDA** para o **LOTE 53.**, nos seguintes termos:

I – TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente a recorrente pede licença para afirmar o respeito que dedica ao Senhor Pregoeiro e sua equipe de apoio, e destaca que o presente RECURSO tem a única intenção de demonstrar o equívoco na habilitação do licitante acima descrito, com o objetivo de auxiliar uma melhor contratação para a administração.

Tempestiva as presentes Razões Recursais, tendo em vista que fora imediatamente e devidamente motivada pela recorrente em campo próprio, tendo sido aceita a intenção recursal, têm-se o prazo de 3 (três) dias úteis (artigo 219 do NCPC) para a apresentação de suas razões recursais conforme disciplina o inciso XVIII do Artigo 4º da Lei 10.520, bem como a cláusula 11.2.3 do Edital.

Diante do exposto, eis que tempestiva as presentes razões.

II - DO CERTAME LICITATÓRIO

Trata-se o presente processo licitatório pela modalidade de Pregão Eletrônico, tendo por objeto o é o registro de preços para escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de suprimentos e insumos de impressoras, em atendimento às demandas dos Campi e Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, tais: Macapá, Porto Grande, Campus Santana, Laranjal do Jari e Avançado do Oiapoque, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Foi aceita e habilitada a RECORRIDA, para o Lote 53. Inconformada, a RECORRENTE apresentou intenção de recorrer, nos moldes seguintes:

Motivo da Intenção de Recurso: Intenção de recorrer nos termos do ACÓRDÃO 5847/2018 – 1ª CÂMARA TCU (determinam não rejeitar intenção de recurso), pois a licitante WEB DISTRIBUIDORA LTDA, ofertou o valor inexequível para fornecedor que não compra diretamente do fabricante Lexmark. A empresa deverá comprovar através de nota fiscal adquirida direto da Lexmark ou distribuidor autorizado e /

ou guias de recolhimento de impostos e tributos de importação. Empresa com histórico de envio de suprimentos não originais. Comprovaremos n

Situação da Intenção de Recurso: Aceita

Assim na forma da legislação e do edital vem esta recorrente apresentar suas razões recursais:

2

III - DO MÉRITO DO RECURSO

DA NÃO EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA APRESENTADA PELA RECORRIDA

O processo ou procedimento licitatório é aquele pelo qual os órgãos da Administração Direta, as entidades da Administração Indireta, os fundos especiais e as entidades controladas direta ou indiretamente pelas pessoas federativas (art. 1º, § único da Lei nº 8.666/93), convocam pessoas particulares, interessadas em com a mesma celebrar um vínculo jurídico especial, ou ainda aquelas como este órgão que optam por regulamentar a sua forma de contratação.

Este vínculo pode ter como objeto uma alienação ou aquisição de bens, construção de obras, contratação de serviços ou a delegação de serviços públicos, para, através de um ambiente de competição, selecionar a melhor proposta aos interesses do órgão contratante, segundo regras prefixadas neste caso na lei maior, que deve ser obedecida por todos, na regulamentação e no instrumento convocatório.

Nossa Carta Magna determina que as licitações sejam regidas pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput).

É importante salientar e demonstrar, que a Recorrida NÃO É UM CANAL DIRETO do Fabricante Lexmark, ou seja, a mesma não compra seus produtos e suprimentos da referida marca diretamente do fabricante, sendo então necessário que para a aquisição dos mesmos a Recorrida busque algum Distribuidor ou Revendedor que seja um Canal Direto, como por exemplo a Golden, Cogra, Gomaq, Port, Inforshop, Office Tech, Mil Print entre outros.

Ou seja, para que possa fornecer o presente suprimento a este órgão, a Recorrida terá que recorrer a um desses canais diretos ou buscar no mercado de varejo a sua compra.

O que torna o valor por ela ofertado inexecutável, pois o preço pago pela mesma nos produtos nestes canais, impossibilitam uma composição de custo positiva para a empresa Recorrida, o que ascende, mais uma vez, a dúvida acerca da procedência dos suprimentos.

Dúvida esta, agravada no momento em que a Recorrida, em licitação junto ao TRE-PB, entregou inúmeros suprimentos não originais, conforme laudo da Lexmark, que segue encaminhado pela via legal para ao pregoeiro.

O próprio edital é claro em disciplina no item 8.4. que:

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

3

Ante, aos indícios de dúvida quanto a exequibilidade da proposta ofertada, requer que seja a Recorrida diligenciada, na forma do item 9.4., h, anexo VII-A, da IN nº 05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/SECRETARIA DE GESTÃO, para que comprove através de planilha de composição de custos, a exequibilidade de sua proposta, apresentando, ainda, nota fiscal de compra dos produtos, em canais oficiais da Lexmark, que permitam verificar a origem lícita da mercadoria.

V – CONCLUSÃO

Face o exposto, REQUER sejam recebidas e acolhidas as presentes razões recursais, procedendo-se inicialmente diligência junto a Recorrida na forma do item 8.4. do edital e o item 9.4., h, anexo VII-A, da IN nº 05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/SECRETARIA DE GESTÃO, para que comprove através de planilha de composição de custos, a exequibilidade de sua proposta, apresentando, ainda, nota fiscal de compra dos produtos, em canais oficiais da Lexmark, que permitam verificar a origem lícita da mercadoria.

Não sendo comprovada a exequibilidade da proposta, vem requerer a **DESCCLASSIFICAÇÃO** da proposta de **WEB DISTRIBUIDORA LTDA, para o Lote 53.**

Requer ainda que de qualquer decisão proferida seja fornecida as fundamentações jurídicas conforme prevê o inciso VII do artigo 2º da Lei 9.784/99.

Dessa forma, aguarda-se serenamente o integral provimento deste apelo, aplicando-se lhe, ademais, o teor dos §§ 3º e 4º do art. 109 da Lei no 8.666/93. Assim decidindo, Vossa Senhoria estará produzindo, como sempre, a desejada e lúdima Justiça e praticando o melhor bom senso administrativo.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.
Vitória/ES, 14 de dezembro de 2022



CLEBIANDER BERMUDES BAHIENSE
Representante Legal